

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 184.ª Sessão Ordinária
Realizada em 13 de Outubro de 1971 — (4.ª Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Mugiati Filho, Nivaldo Krüger, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Francisco Escorsin e Odilon Reinhardt (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando REGIME DE URGÊNCIA para tramitação do Projeto de Lei n.º 174-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, regimentalmente, requer à Mesa a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de regozijo pela passagem, nesta data, do 25.º aniversário de fundação da Z-YG-9, RADIO DEUSORA DE RIO NEGRO.

Durante seus 25 anos de profícuas atividades, a emissora vem prestando inestimáveis serviços à região, não só oferecendo uma excelente programação noticiosa, como, e principalmente, divulgando textos de utilidade pública e liderando campanhas às justas reivindicações regionais.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao

Senhor Alvaro de Aquino, dieter proprietário da Rádio Difusora Rio Negro, cumprimentando-o e a seus funcionários pela importante data.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1971.

(a) — **Maurício Fruet.**

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações ao Povo de BELA VISTA DO PARAÍSO, pelo aniversário do referido Município, a dar-se no dia 16 do corrente.

Requer, outrossim, após a aprovação do presente, seja dado ciência do acontecimento ao Senhor Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores daquela Comuna.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1971.

(a) — **Rosário Pitelli.**

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado, no sentido de que determine, a critério dos Juizes Eleitorais, a maneira de proceder-se à filiação partidária, tendo em vista o atraso e as dificuldades encontradas para a distribuição das fichas de filiação, prevista na nova Lei Orgânica dos Partidos.

Este apelo fundamenta-se, principalmente, nos prazos exíguos previstos na legislação e, também, no prejuízo que está acarretando ao Partido oposicionista o retardamento na distribuição das mencionadas fichas, que o coloca em situação desvantajosa perante a agremiação situacionista.

Os juizes eleitorais poderiam, "espontea sua", promover a filiação através de listas, até que fôsse regularizada aquela distribuição de fichas.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1971.

(a) — **Alvaro Dias.**

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

CONSIDERANDO

1) — que no próximo dia 28 comemora-se, em todo o País, o "Dia do Servidor Público"; este heróico e anônimo baluarte da construção dessa nova fase em que atravessa o Brasil e, em particular, o nosso Estado;

2) — que esta valorosa classe, apesar de sua contribuição à causa pública, vem sofrendo uma corrosão contínua e alarmante em seus vencimentos, face à elevação do custo de vida;

3) — que ao aproximar-se o fim do ano, a maioria desses servidores sentem, com os festejos natalinos, agrava-se a sua situação financeira;

4) — que ditada por razões de ordem administrativa, o Estado não vem aplicando a lei que estabelece a ascensão de níveis ou promoção horizontal dos referidos funcionários;

5) — que uma das melhores maneiras de homenagear o Servidor Público do Estado seria rever esta situação; Requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que o mesmo determine a elevação, de níveis no Quadro do Funcionalismo Público, assim como reveja a possibilidade de dar-se um Abono de Natal.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1971.

(a) — **Alvaro Dias.**

Requerimento

Senhor Presidente:

Há vários dias o Deputado que este subscreve, juntamente com o Deputado Sebastião Rodrigues, do MDB, requereu o encaminhamento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de expediente solicitando atendimento a mais de 500 famílias de agricultores do Município de Chopinzinho, que haviam sofrido devastação em suas lavouras de soja e milho, em razão da intensa chuva de granizo que se abatera sobre aquela região.

Nesta semana, para tratar do assunto, veio a Curitiba o Senhor José Armim Matte, Prefeito Municipal daquela comuna que, após vários contatos com as autoridades estaduais, manteve, através do Doutor Ruy Ferraz de Carvalho, Secretário do Interior e Justiça, atualmente respondendo pelas funções de Chefe da Casa Civil, entendimentos com o Exmo. Sr. Dr. Haroldo Leon Peres, Governador do Estado e com o Exmo. Sr. Dr. Carlos Osório, Secretário da Agricultura.

Dêse entendimento, emergiu uma solução rápida e nacional para o drama que aflige os agricultores de Chopinzinho. O Senhor Governador do Estado determinou à Café do Paraná que fizesse a entrega aos agricultores — através da Prefeitura Municipal — das sementes necessárias ao replantio das lavouras de soja e milho, mediante o compromisso de reembolso àquela Companhia, após a safra e a venda dos produtos.

Manda a Justiça, pois, Senhor Presidente e Senhores Deputados que, esta Casa que pediu providências, agora, torne público o seu agradecimento às autoridades que atenderam o seu apêlo.

Assim sendo, requeremos que, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado, ao Senhor Chefe da Casa Civil interino e ao Senhor Secretário da Agricultura, os agradecimentos da Assembléia Legislativa do Paraná pelo pronto e eficiente atendimento aos agricultores do Município de Chopinzinho.

Requer-se, ainda, que, do presente requerimento, seja dado conhecimento integral ao Senhor Prefeito Municipal de Chopinzinho e à Câmara Municipal daquela localidade.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1971.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja estudada a possibilidade de instalação de uma Agência desse estabelecimento de crédito no progressista Município de São João do Ivai.

Justifica-se plenamente a pretensão formulada, em virtude não só da excelente arrecadação e também a única AGÊNCIA desse estabelecimento, encontrar-se bem distante do Município e mais, tratando-se de uma região que tem presença marcante na vida social e econômica do Estado, cujo desenvolvimento crescente já se faz sentir, não podendo, desta forma prescindir de tão importante estabelecimento de crédito.

Saía das Sessões, em 13 de outubro de 1971.

(a) — Rosário Pitelli.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. Que o Instituto Brasileiro do Café, por força da Resolução n.º 539, a partir do dia 16 de dezembro do corrente ano não mais se responsabilizará

pelo fornecimento de café destinado ao consumo interno, destinado às torrefadoras, extinguindo-se também na mesma data o subsídio que vinha sendo prestado pela autarquia às organizações comerciais;

2. Que o fato obrigou às torrefadoras a adquirirem o café nas regiões produtoras, onerando sobremaneira o custo operacional e exigindo vultosa disponibilidade financeira.

3. Que, entretanto, por falta de determinação do Conselho Monetário Nacional a rede bancária, notadamente o Banco do Brasil, se ressentiu de uma faixa especial de financiamento destinada a aquisição do salientado item 2, o que, como é normal, está provocando sérios transtornos aos interessados. Requeiro à Mesa, regimentalmente, officie-se e envie-se telex urgente ao Conselho Monetário Nacional, solicitando aos seus integrantes a realização de estudos e medidas, a fim de possibilitar os torrefadores de café a manutenção de estoques para atender o consumo, mediante a extensão de financiamento para o tipo de café permitido pelo IBC ao consumo interno, no valor aproximado de 75% (setenta e cinco por cento) sobre as bases e condições estipuladas para o café exportação, determinando redescontos de papéis desta modalidade, pela rede bancária. Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Associação Comercial do Paraná e ao Sindicato dos Torrefadores e Moagem do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1971.

(a) — Maurício Fruet.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Haroldo Carvalhido, Digníssimo Secretário de Educação e Cultura do Estado, no sentido de que regularize o pagamento dos vencimentos das zeladoras que prestam serviços em estabelecimentos de ensino do Governo, nos municípios de Guarapuava e Nova Aurora.

Esta solicitação prende-se ao fato de que o atraso no pagamento dos vencimentos está provocando dificuldades financeiras aqueles servidores. Por outro lado, quatro estabelecimentos de ensino de Nova Aurora estão fechados há vários meses, por que o prefeito Miguel Erméio Dias alega falta de verbas para o pagamento das professoras. Em consequência, 1.900 alunos do Colégio Santa Inês e dos Grupos Escolares da Milícia, da Estrada de Iporã e Tiradentes, estão afastados das salas de aulas. A situação se tornou insustentável e alguns pais de alunos vieram a Curitiba em busca de uma solução. Nestes estabelecimentos muitas professoras estão sem receber desde o ano passado, embora o salário seja de apenas 70 cruzeiros mensais. Um acordo foi tentado entre os pais de alunos e o prefeito, comprometendo-se aqueles a pagar os salários dos professores. Mas isso também não foi possível, porque nenhum professor dos Municípios vizinhos aceitou lecionar por 70 cruzeiros mensais. Por isso, as crianças de Nova Aurora continuam sem escolas e nenhuma solução foi encontrada até o momento, exigindo a imediata intervenção da SEC.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n. 235-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE MARINGÁ — "A.P.M.", com sede em Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1971.

(a) — Jorge Sato.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, segundo se pode verificar pela documentação anexa, preenche os requisitos exigidos pela legislação específica para obter o pretendido reconhecimento.

Não só por isso, mas principalmente pelos inegáveis serviços que a organização de classe vem prestando aos seus associados e pelos altos frutos que oferece à comunidade maringense, a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE MARINGÁ já é tida e havida como agrupação de serviço.

A declaração, portanto, virá revestir juridicamente aquilo que existe na prática.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupo a Tribuna apenas para fazer duas comunicações que reputo da mais alta importância para o próprio funcionamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Como Presidente da Comissão de Reforma do Regimento Interno peço a todos os meus ilustres colegas que desejem efetivamente trabalhar para o aprimoramento do funcionamento desta Casa e para que tenhamos um Regimento Interno consentâneo com a realidade do momento, que façam suas colaborações por escrito e enviem suas sugestões até o dia 25 do corrente.

O segundo assunto prende-se ao desejo de imprimir maior mobilidade e importância às Comissões Técnicas e quero iniciar pela Comissão que presido, a Comissão de Educação. Esta Comissão não quer apenas ser um organismo que dê parecer, mas quer atuar efetivamente, quer tomar iniciativa, estar à frente de decisões no sentido de sugerir às autoridades competentes.

Para dar início a esta tentativa de mobilidade das Comissões Técnicas solicitei, há dias, e obtive resposta afirmativa, o comparecimento à Comissão Técnica do sr. Secretário de Educação e Cultura e o Presidente do Conselho Estadual de Educação.

Nesta oportunidade iremos debater em sentido alto e profundamente técnico, assuntos da mais alta relevância para a educação em nosso Estado. Todos os Srs. Deputados que têm algumas dúvidas que desejem esclarecimentos ou que pretendam colaborar para a efetiva melhoria do ensino em nosso Estado, eu pediria a colaboração de suas presenças na Comissão Técnica, ou o envio por escrito de sugestões, de perguntas a serem formuladas aquelas autoridades que irão comparecer numa das nossas reuniões.

O sentido que pretendo imprimir à Comissão de Educação e Cultura, é pioneiro. E se for positivo como espero, outras Comissões poderão também tomar iniciativa desta natureza. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Esta Casa conhece bem a nossa posição política, com relação ao atual Governo do Estado.

Já ocupamos diversas vezes esta Tribuna, para apontar aquilo que entendemos ser irregularidades cometidas em diversos setores da administração pública estadual.

Hoje, entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a mesma posição de independência que desejamos manter, enquanto ocuparmos assento nesta Assembléa Legislativa, estamos na Tribuna para agradecer ao sr. Chefe do Poder Executivo e auxiliar imediato seu, as providências adotadas no sentido de atender os agricultores do Município de Chopinzinho, que há vários dias sofreram como os agricultores de outras comunas também sofreram, a dizimação total das suas lavouras, em razão das chuvas de granizo que sobre elas se abateram.

O Deputado Sebastião Rodrigues e eu, naquela ocasião, atendendo pedido do sr. Prefeito Municipal de Chopinzinho, sr. José Armin Matte, subcrevemos um requerimento ao sr. Chefe do Poder Executivo, solicitando atendimento aos agricultores. Hoje, estive em contato com S. Exa. o sr. Governador do Estado, com o sr. Chefe da Casa Civil, com o sr. Secretário de Agricultura, o Prefeito Municipal de Chopinzinho, reivindicando e expondo àquelas autoridades, a situação realmente difícil em que se encontravam e ainda se encontram, os agricultores daquela região. Visto como, não tinham condições financeiras e monetárias para, de imediato, comprar novas sementes de soja e de milho, para poder aproveitar a época do plantio e conquistar através da lavoura, condições de sobrevivência. O apêlo dos Srs. Deputados que subscreveram aquêlê requerimento, a exposição do sr. Prefeito Municipal de Chopinzinho, tiveram acolhidas no seio do Governo Estadual e o sr. Governador do Estado determinou a Café do Paraná que fizesse a entrega, aos agricultores, através da Prefeitura Municipal, das sementes necessárias de soja e de milho, ao replantio das zonas das áreas agricultáveis, dentro das áreas do Município de Chopinzinho.

Venho, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer êste agradecimento público, dando a esta Casa mais um testemunho de que quando acusamos, quando combatemos, o fazemos porque a nossa consciência assim dita. Mas, também quando entendemos que o Governo acerta nas suas atitudes, temos a hombridade de vir a esta Tribuna e dizer que um Governo que nos é adverso, que nos tem causado os mais sérios problemas político-administrativos na nossa região, que êste Governo, quando acerta, merece e deve receber os agradecimentos dos representantes do povo. Porque aqui estamos exatamente como delegados do povo e quando o Governo atende às aspirações dêste povo, é obrigação do seu delegado, fazer os agradecimentos em nome dos homens humildes do Interior, que não têm oportunidade de vir aqui para fazê-lo pessoalmente.

Quero deixar consignado também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os agradecimentos do Deputado Sebastião Rodrigues, ao Governo do Estado, pelo atendimento ao nosso Requerimento. Muito, obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Paulo Poli. — (Pausa). Não estando presente, e não havendo mais oradores inscritos, está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa ouviu ontem, na palavra sempre brilhante do ilustre Deputado Ivo Tomazóni, uma apologia de uma conduta patriótica ou do patriotismo do Governo do Estado. Sem que o meu objetivo desta Tribuna seja o de responder a S. Exa., mas por uma contingência tôda especial, cabe-me abordar um tema nesta tarde, que se poderia intitular de "O anti-patriotismo do Governo do Estado".

Atribuiu-se, ainda, para citar como exemplo, ao Governo do Estado, cunho patriótico numa campanha de esclarecimento ou de orientação à nos-

sa infância, no sentido de educá-la com todo o respeito ao direito fiscal, às leis fiscais do Estado, ao recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias, ao ICM.

E, com relação a esta mesma infância, cometeu-se em Sabaudia, aqui, o que, desde logo desejamos acentuar, não partiria conscientemente dos homens que firmaram a Constituição da República, em nome de uma Revolução. Não conhecemos, porque temos plena consciência, nestes atos praticados em nome de uma Revolução, o que se objetivou em nosso País foi o respeito à lei, o respeito ao Direito e não a conspurcação da administração pública através da politicalha praticada de maneira desmoralizante por certos Prefeitos Municipais, como é o caso do Prefeito Municipal de Sabaudia, sr. Paulo Manueira.

Atendendo a interesses inconfessáveis, meramente politiquieiros deste Prefeito Municipal o Governo do Estado através da Secretaria de Educação e Cultura destituiu de suas funções uma professora que desde 1965 exercia o cargo de Diretora do Ginásio Estadual de Sabaudia, professora Maria Mori dos Santos, exercendo função gratificada há seis anos, tendo sido diretora do Grupo Escolar Herminia Rolim Lupion em 64 e que, a partir de 1965, foi designada para a direção do Ginásio Estadual, tendo sido reconduzida a esse cargo em 70, pela lista tríplice.

A Portaria de sua recondução de n.º 9989-69, firmada pelo então Secretário de Educação e Cultura, dr. Cândido Martins de Oliveira, hoje ilustre membro desta Casa, designou a Professora de Ensino Primário símbolo N.M. 1, lotada no Grupo Escolar Herminia Lupion Sabaudia, para que exercesse a função gratificada símbolo 3-F, do Quadro Único do Pessoal, pelo prazo de três anos, datada de 28 de novembro de 1968. Portanto, até 28.11-72.

Quais os motivos que ditaram a exoneração desta Diretora?

Primeiro, negou-se a colaborar com o Prefeito Municipal para criação de uma "classe fantasma". O que é isso, Srs. Deputados? O Sr. Prefeito Municipal desejava que oito jovens, que não têm nada que ver nessa caso, mas naturalmente, atendendo pedido de seus amigos, e que haviam perdido, ou não haviam alcançado o direito de se matricular nas classes que já haviam sido formadas. Desejava ele que esses oito jovens tivessem uma classe especial. E como a Diretora ponderasse ao Prefeito que precisaria de mais trinta alunos para assim proceder, ele determinou, ou quis determinar, que ela completasse o número que faltava com nomes fictícios criando uma classe verdadeiramente fantasma. Não poderia ser atendido.

Segundo motivo, a Diretora, com se viu, não admite politicalha, nem política mesmo, dentro de sua escola. Não foi o Movimento Democrático Brasileiro que a indicou, nem elementos de nosso Partido, para o exercício de suas funções. Foi ela indicada por elementos da ARENA embora nós entendemos que não havia nada de mais que tivesse ela sido indicada pelo MDB, porque discordamos daquilo que foi dito ontem, nesta Casa, quando se atribuiu — em relação ao Tesouro do Estado, maior soma de responsabilidade aos Srs. Deputados da ARENA do que aos Srs. Deputados do MDB, como se o Tesouro do Estado fosse o Tesouro do Governo e não do Estado que é território e o povo. E povo aqui dentro desta Casa, tanto representa Aliança Renovadora Nacional, e o faz com grande galhardia, como a nossa Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Nestas condições, passo ao terceiro motivo. A Diretora mantinha, no ginásio, um retrato do ex-Governador Paulo Pimentel, e o Prefeito foi ao Ginásio para ver, naturalmente, como iam as coisas face a uma anunciada visita do Governador à Comarca de Arauóangas. E lá deparando com o retrato do ex-Governador, interpelou a Diretora, e sob a alegação de que o homem, segundo mais ou menos suas palavras, "que está nesse quadro, não

está mais mandando e em seu lugar deverá ser colocado o retrato do atual Governador do Estado". quis isso exigir da Diretora do Ginásio, quando esta lhe ponderou que não havia colocado o quadro do atual Governador sr. Haroldo Leon Peres, embora houvesse recebido a fotografia do mesmo, por absoluta ausência de verba, mas assim que recebesse, mandaria confeccionar igualmente o quadro que seria colocado na parede da sala da direção daquele estabelecimento de ensino.

Mas como insistisse por demais o Prefeito Municipal, sob a alegação ainda de que seria constrangedor ao Governador, numa visita àquele estabelecimento de ensino, deparar com a fotografia do antigo Governador do Estado, a Diretora colocou respeitosamente o quadro do ex-Governador num lugar de menos visibilidade.

Quem é o Prefeito de Sabáudia? Primeiro, é um administrador que teve suas contas recentemente recusadas pelo Tribunal de Contas. Segundo, um administrador que recebeu uma verba de 15 mil cruzeiros do Governo Federal para construção de uma escola rural. Tal verba era suficiente para a construção de uma Escola nova, onde deveria funcionar o Grupo Escolar Rocha Pombo, com duas salas de aula e cantina, bem como reformar a casa de moradia do professor e construção de um muro. A casa não foi reformada e o muro se acha pronto, mas sem os portões. Desviou ele perto de dois mil cruzeiros da aludida verba para a construção de um matadouro. Terceiro, prova do alegado à disposição de quem se dignar sindicá-lo a respeito, porque isso é corrupção administrativa, se encontra em Sabáudia o testemunho sr. Santo Simone, ex-Secretário do atual Prefeito. Por último, permaneceu ele perto de 8 dias em Curitiba, às custas, naturalmente, do cofre de recursos minguados da Prefeitura de Sabáudia, para levar a destituição dessa Diretora, que nada mais fazia do cumprir com suas obrigações.

O Sr. Quilse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria de deixar V. Exa. concluir plenamente o seu raciocínio, contudo à exorbitância da argumentação, quando se referiu à permanência do Prefeito em Curitiba, às custas do minguado cofre daquele Município, é uma verdade, porém, não para demitir a referida Diretora. Acabo de chegar a esse recinto e vejo V. Exa. recitar com problema principal de sua oratória, a retirada da Diretora daquele Colégio. Mas sim, sr. Deputado, ele permaneceu em Curitiba, para trocar com S. Exa. o sr. Governador do Estado e comigo, que sou Deputado daquele Município, as últimas palavras para que fosse levado a Sabáudia, não só o sr. Governador do Estado, para a inauguração do Serviço de Abastecimento de Água para a cidade de Sabáudia e também para dar a ordem de serviço de início do asfaltamento daquela empoeirada rodovia do Município, onde V. Exa. foi o mais votado, e que liga Arapongas-Sabáudia-Astorga. E ainda para iluminar a VII Progresso onde V. Exa. tem dois grandes cabos eleitorais, que são representantes do Movimento Democrático Brasileiro.

Estes os principais argumentos da permanência do Prefeito Municipal nesta Capital, ao nosso lado e junto a S. Exa. o sr. Governador do Estado. Somente para responder este tópico queria e não poderia deixar passar esta oportunidade.

O SR. MUGGIATI FILHO — Agradeço a interferência honrosa de V. Exa. Mas, como o nobre Deputado não ignora, os Municípios quanto maiores maior a repercussão, dentre deles, de emoção, ou destituição de quem exerce uma função pública.

Ao retornar, já no sábado ou pela tarde de sexta-feira, a Sabáudia, a única coisa que esse Prefeito fez foi exibir a Portaria da qual era portador.

Quero confessar que lamento, profundamente, porque sempre tive o atual Secretário de Educação como um homem ponderado e intransigente quanto a imoralidade. Sobre este homem corra diversas passagens referentes

a sua intransigência e mesmo afastamento da vida pública por motivos de não concordar com atos de politicalha. No entanto, neste episódio, nos decepciona e não podemos refrear...

O Sr. **Quielse Crisóstomo** — V. Exa. permite um aparte?

O SR. **MUGGIATI FILHO** — Estou respondendo ao aparte de V. Exa. e em seguida darei outro aparte. Não podemos refrear este nosso entendimento.

Quanto à viagem para Curitiba ainda do Prefeito Municipal, tenho a dizer que conheço as obras deste serviço de abastecimento de água de Sabáudia — V. Exa. deve conhecer também — e a ordem de serviço para o início da rodovia Arapongas Astorga ou Sabáudia Astorga, que tem em V. Exa. um dos grandes batalhadores. Esta obra é, realmente, de grande importância para aquela região e temos nós igualmente, não de hoje, lutado a ponto de haver encontrado eco já no Governo passado, fora do atual plano de Governo, relativamente à construção desta rodovia, tanto que foi incluído no Orçamento do Governo. Não a executaram já no ano passado mas este ano, irá ser executado. Agora, acreditamos nisto, e neste ponto jamais negaremos que o Governo do Estado venha atender os anseios da aquela população.

Quanto à iluminação da Vila Progresso, deve ser destacado que a energia elétrica de Sabáudia e Vila Progresso, nada mais é, do que obra do Governo Federal através do INCRA, (Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária), que tem em Sabáudia e Astorga seus pontos iniciais de uma nova programação, em convênio com a COPEL, no Estado. Não vemos portanto, outro objetivo principal nesta viagem do Prefeito de Sabáudia, se não esta de quando estes fatos, para que não parem dúvidas, quanto à atividade desta Professora, Maria Mori dos Santos, que em data de ontem, encaminhou um requerimento ao sr. Secretário de Educação e Cultura, pedindo uma sindicância em seu Município, a fim de serem verificados, a fim de serem esclarecidos, os verdadeiros motivos que levaram à sua destituição para ressalva de seus direitos e de sua reputação. Os seus direitos, porque como outros, ela ira se socorrer também da Justiça. Por isso, nós lamentamos vir no dia seguinte, aquele que só faz a apologia do patriotismo governamental nesta Casa, apontar um fato que reputamos anti-patriótico, e que revela a incongruência do nosso regime, inclusive, os grandes defeitos existentes na própria legislação outorgada ao povo brasileiro pelos responsáveis pela nossa atual vida constitucional. Se nós não acreditássemos na firmeza, no caráter e na sinceridade dos homens que firmaram a Carta Constitucional vigente no País, nós não teríamos saído para uma campanha política, mas exigimos que aquilo que se outorgou ao povo, lhe seja dado e cumprido. É uma cobrança que fazemos em nome do povo que representamos, porque não se pode admitir que se faça no País, uma Revolução para moralizar aquilo que se dizia que estava desmoralizado. Que um Prefeito irresponsável, que costuma despachar embriagado em seu gabinete, destitua diante de toda a infância de Sabáudia, uma mulher que exerce corretamente as suas atribuições, as suas funções, única e exclusivamente para satisfação de seus apetites políticos, que nada tem a ver com os interesses determinantes da consciência do Governo Brasileiro.

O SR. **QUIELSE CRISÓSTOMO** — V. Exa. permite um aparte?

O SR. **MUGGIATI FILHO** — Com muita honra.

O Sr. **Quielse Crisóstomo** — É costume já nesta Casa, ouvir de V. Exa. no tom de eloquência, que apreciamos hoje, discursos de naturezas várias. Contudo, nesta tarde, sr. Deputado, quero discordar, pela infelicidade da argumentação que tenta V. Exa. enriquecer o seu discurso. Por ter somente hoje, V. Exa., que já é de longa data um dos representantes, não nesta Casa, mas na política do Movimento Democrático Brasileiro daquela região, somente nesta tarde, V. Exa. encontra defeitos que citados por V.

Exa. ainda hoje, defeitos já de longo tempo, contudo, foi na substituição natural e muito normal e necessária, pelo próprio tempo, já declinado da permanência dessa Senhora Diretora, nessa Grupo Escolar, causando problemas de que eu tive conhecimento pessoalmente, naquele Município. Por que a antiguidade não é tempo em permanência de cargo de chefia. E, muitas vezes ao contrário, uma necessidade de renovação e substituição. O que me faz estranhar, nobre Deputado é que somente hoje venha V. Exa. dizer de tais defeitos daquele dinâmico Prefeito da cidade de Sabáudia. Somente hoje foi válida a sua argumentação para depredar a personalidade daquele administrador. Não é politicalha, nobre Deputado — com sua permissão, alongar-me-ei mais. Não é politicalha, porque sou um representante daquele Município e tenho em mãos, não um documento assinado pelo Prefeito Municipal da cidade de Sabáudia mas assinado por sete Vereadores o Vice-Prefeito; e Sete Vereadores, srs. Deputados. É que apoiando o Sr. Prefeito Municipal, juntamente com professores deste mesmo Colégio o que vieram, não hoje, porque o documento que eu tenho em mãos, de apoio para servir de representante junto ao Governo do Estado, é datado de 9 de junho de 71. É da representação política da liderança daquele Município que vem permanentemente apontando falhas na administração, e eu tive a lisura, Srs. Deputados, e o Senhor é testemunha disso, que há muito tempo eu vinha contemporizando a solicitação é bem verdade. da sua substituição, na tentativa de averiguar de perto o procedimento daquela diretora, da sua substituição, já é de longa data.

É até por lisura parlamentar, ainda na semana passada, antes que fosse concretizado o ato, perguntava a V. Exa. qual era a sua opinião a respeito e dizia que algumas irregularidades estavam acontecendo e V. Exa. se limitou a dizer de que não era pessoa ligada à sua política do passado. Ou mais ou menos estranha.

O SR. MUGGIATI FILHO — Disse também a V. Exa. o seguinte: que a existência do quadro, do retrato do ex-Governador, não era motivo para excluir a Diretoria uma vez que havia já sido concretizado um entendimento entre o ex-Governador e o atual Governador.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Entendimento entre os Governadores, para permanecer a fotografia?

O SR. MUGGIATI FILHO — De modo que um Governador não pode alegar que a existência de um retrato do outro, seja, motivo para que uma Diretoria seja excluída do cargo de direção.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Não seria nem o argumento para tal substituição. Os argumentos foram de ordem administrativa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Mas se V. Exa. me permite, a sindicância vai revelar ato do Prefeito, recriminando, em frente de alunos, a Diretora, sobre a existência de retrato do ex-Governador, em seu gabinete.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Gostaria de continuar...

O SR. MUGGIATI FILHO — Pode concluir. É uma honra receber os apurados de V. Exa.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. há de convir que cargos de confiança devem ser de confiança, também, do Governador do Estado. Tal procedimento, e não seria este o meu maior argumento, revela insubordinação da Diretoria para com S. Exa. o Governador do Estado. Sabe V. Exa. que este critério de lista triplíce criou um problema singular na administração pública, onde seriam eleitos funcionários para ocupar cargos por determinado tempo. V. Exa., ao averiguar, poderá ver que esta substituição não foi a primeira. Foi um cuidado que tomei para que não fosse o Parlamentar a fazer a primeira substituição na lista triplíce. Entendo e sou partidário de que o sistema de escolha em lista triplíce fosse eliminado na administração do Estado. Porque sentimos da parte de vários Colégios, de vários Grupos Escolares, reivindicações de professores contra

diretoras eleitas por lista tríplice e que, ao assumirem o cargo, modificam completamente seu comportamento e atendimento para com alunos e colegas. Diante daquela lei se tornavam uma excrescência dentro da administração pública porque não respeitavam mais nem o próprio Governador do Estado porque achavam que, em virtude do cargo eletivo, se tornavam "personas" intocáveis dentro da estrutura do Governo do Estado. Não vou me alongar mais e espero que dentro do entendimento que lhe é peculiar leve este fato como um dos fatos naturais dentro da necessária renovação da estrutura administrativa de um novo Governo.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, haverá de convir que não é minha responsabilidade — mesmo porque não recebi representação alguma anteriormente e nem costume fazer alusões pessoais a quem quer que seja — vir tratar nesta Tribuna da pessoa do Prefeito de Sabáudia, salvo numa contingência como a presente em que a ação deste Prefeito gerou dentro do Município, provocando a ida a Arapongas de uma Comissão de pais que me procuraram naquela cidade, uma situação de descontentamento e de protesto.

Mas, se V. Exa. tivesse participado dos comícios de Arapongas saberia minha opinião sobre o Prefeito, e que deixar bem claro isto, que tivemos a oportunidade, diante do povo daquela Comarca e especificamente do Município de Sabáudia, de fazer as referências cabíveis com relação à pessoa do administrador, daquele Município.

De modo que esse ponto nós já expusemos publicamente, e entendemos que esta Casa não serviria de abrigo para que aqui viessemos discutir assuntos de natureza política, mas sim de natureza administrativa, a irresponsabilidade deste Prefeito. Não quero envolver fatos políticos nisso mas o sr. Paulo Mansur foi lançado pelo ex-Prefeito Municipal daquela comuna, que lutou depois contra ele. Mas, na última campanha, este Prefeito não conseguiu vencer as eleições nem no distrito em que reside.

De modo que se pode aquilatar o seu prestígio...

O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Mas, é o Prefeito atual. Como foi eleito?

O SR. MUGGIATI FILHO — Estou referindo-me ao futuro próximo, quando Jácomo Masquete será, indiscutivelmente, o futuro Prefeito de Sabáudia. Porque, nas últimas eleições, lutando contra toda a prepotência do ex-Prefeito, o MDB venceu, em disparada, em Sabáudia. Mas, sem ajuda dessa Diretoria. Ao contrário, ela participou de solenidades promovidas pelo Prefeito, às vésperas das eleições, em Sabáudia.

O sr. Quielise Crisóstomo — É possível que essa Diretoria não tenha nas eleições passadas, cabo eleitoral de V. Exa. Mas, participou como cabo eleitoral, realmente.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não acredito que ela tenha participado como cabo eleitoral de ninguém. Porque, ela havia solicitado licença prêmio, mas endereçou um pedido ao sr. Secretário de Educação suspendendo sua licença, porque as atividades do Ginásio consumiram todo seu tempo; e ela queria se dedicar a um novo currículo que seria introduzido este ano. Currículo esse do qual tenho pleno conhecimento porque o Conselho havia retardado a sua execução. Inclusive, fui ao Conselho e à Secretaria de Educação verificar o andamento dessa matéria.

E então constatei o prestígio que essa professora goza junto à Secretaria de Educação e entre seus colegas.

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, no instante em que V. Exa. afirmou que, em Sabáudia, o MDB teve vitória consagradora e V. Exa. atribuiu essa vitória a alguém que não identificou. Creio que o que aconteceu em Sabáudia foi graças à política encetada sob sua égide. Acredito que se deva a V. Exa., político iratacável, ponderado, a vitória alcançada pelo MDB naquele Município. Não

ponho dúvidas em suas afirmativas, e me perdoe o nobre Deputado Quielse Crisóstomo, mas tenho toda consideração por V. Exa. e endosso suas palavras, mesmo sem conhecer as minúcias desse episódio. Porque jamais ouvi V. Exa., nessa tribuna, ou fora dela, blasfemar contra quem quer que fosse, ou improvisar discursos, a guisa de tentar solapar estrutura do Governo do Estado, V. Exa. não teve e não tem esse feito, receba meus cumprimentos e minha solidariedade.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, quero cumprimentá-lo pela clareza e brilhantismo do seu pronunciamento denúncia. Gostaria de afirmar que deve ser por demais doloroso para um professor que se dedica com um idealismo inquebrantável a uma nobre causa, a uma causa sacerdotal como é o magistério, ver seu nome, ver a sua reputação como Diretora colocada em dúvida, pela irresponsabilidade, como afirma V. Exa. e pelo apetite político de um homem que exerce função pública. É deveras lamentável que isso aconteça em relação às afirmativas ouvidas anteriormente, em aparte do deputado Quielse Crisóstomo, contrário à lista triplíce, gostaria de afirmar que apenas ouvi opiniões contrárias à lista triplíce para a escola da Diretora, de alguns Deputados que têm interesse político na nomeação de Diretores de escolas. Jamais ouvi das professoras, da boca de quem quer que seja, argumentação contrária à existência da lista triplíce. Muito pelo contrário, o Magistério paranaense considerava uma de suas maiores conquistas, uma de suas maiores vitórias, a existência da lista triplíce, hoje roubada do Magistério paranaense, por ato deste Poder Legislativo. Ato que não o credencia, de forma alguma, como Poder que procura representar realmente a vontade de uma comunidade. Muito obrigado. De V. Exa. não só poderíamos esperar atitudes dessa natureza.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. diz muito bem, porque não se pode dizer nem afirmar que uma Diretoria de um Colégio, pelo simples fato de manter o retrato de um ex-Governador emoldurando seu gabinete, possa com isso representar uma insubordinação ao sr. Governador do Estado, principalmente quando o ex-Governador pertence ao mesmo Partido que o atual Governador. E com relação à lista triplíce, a lei que a derrubou, tive a honra, inclusive, de subscrever um projeto de sua autoria, que está demonstrando muito nas Comissões desta Casa, a fim de ficar restabelecido o Artigo 14 do Estatuto do Magistério...

O sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Já está um pouco distante o raciocínio de que queria interferir. Contudo, vou me reportar àquela momento em que alguns Deputados de sua Bancada diziam o porque da sua vitória significativa nas urnas, dizendo que seria por força de seu trabalho, ou por força de seu caráter de homem público, de conhecimento regional. Não discordo no que tange à sua pessoa e seu caráter, mas discordo no que diz respeito ao seu trabalho, porque não me consta que V. Exa. tivesse feito alguma coisa ou alguma obra por Sabáudia. Em segundo lugar, não foi e não deveria ser por força de um trabalho de Deputado Estadual, porque nem sequer pela inoperância do Prefeito Municipal de Sabáudia, porque até aqui senti, naquele Município, tão somente a inexistência, é bem verdade, do trabalho da Aliança Renovadora Nacional, com relação às tarefas oriundas ao Poder Executivo Estadual, que alheio aos problemas daquela comunidade, deixava de atender regiões onde V. Exa., suculentamente, abiscoitou os votos por mera inoperância do Governo do Estado, com relação ao problema de asfalto, luz e energia elétrica. O meu raciocínio é de que houve ausência do Governo do Estado, representante máximo da ARENA, refiro-me, é claro, ao Governo passado.

Acredito, pois, que aqueles argumentos que foram válidos em sua campanha, pela ausência de obras por parte do Governo, não serão mais empregados daqui para a frente. Esta a razão que faz com que espere, com galhardia, a vitória do nosso candidato, do candidato da Aliança Renovadora

Nacional, Companheiros seus, que trabalharam, que lutaram renhidamente ao seu lado, não mais dispõe daqueles argumentos que foram utilizados, farta e suculentamente, para a eleição à Câmara dos Deputados.

Reporto-me ao aparte de um colega seu de bancada, no sentido de que alguns deputados eram de parecer contrário à lista triplíce, tenho a dizer que acredito que os Deputados do Movimento Democrático Brasileiro não teriam interesse político, que o problema fosse discutido politicamente. Estou levando o problema para o lado administrativo. Não teriam interesse político porque, segundo me consta, os Deputados do Movimento Democrático Brasileiro não merecem a confiança administrativa de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, a ponto de serem escutados nos momentos de substituição nos cargos de confiança do Governo do Estado.

Imaginemos, somente para um raciocínio bem rápido, se todos os cargos de gabinete, de necessidade intelectual — que é exigido para um diretor de colégio ou diretor de grupo — se todos os cargos desta exigência ou função pública correlatas fossem eleitos, a exemplo da indeferível posição que V. Exa. faz ao professor, ao diretor de grupo e ao diretor de colégio, se todos os cargos públicos de chefia e de confiança fossem eleitos por três anos como previa a lei, que estaríamos nós fazendo aqui, que estaria fazendo o Sr. Governador do Estado que, forçosamente, ficaria obrigado a administrar e a dirigir o seu governo através de cargos de sua confiança, mas não substituídos por elementos que merecessem integralmente a sua confiança.

V. Exa. vê que este caso do professor, da lista triplíce, se não é aplicável a todo o funcionalismo público relativamente aos cargos de chefia, evidentemente, por si só deve ser confiado àquelles que são responsáveis pela administração de um Estado, ou administração pública de um Município mesmo.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas, com referência ao aparte do Deputado Quielise Crisóstomo, quando S. Exa. diz que os Deputados do MDB não merecem a confiança administrativa do Governador do Estado quero dizer ao nobre Deputado que a desconfiância é recíproca. O Sr. Governador do Estado também não merece a nossa confiança administrativa. Apenas, para situar as coisas nos seus devidos termos, e também para dizer a V. Exa., Deputado Muggiti Filho, que o caso que V. Exa. cita da Tribuna, lamentavelmente, não é o único: isto vem acontecendo pelo Estado afora e em todos os lugares. Não me surpreende se o Sr. Governador do Estado não gosta de uma diretoria, que tem o retrato do seu antecessor. Pois neste Governo foi cortado o caderno distribuído pela FUNDEPAR, porque tinha, simplesmente, o nome do antecessor do atual Governador. Se ele não gosta do nome, muito menos da fotografia, honra, desta Tribuna. Mas, apenas, não pretendo corrigir, Deputado Muggiti Filho.

O sr. Nelson Buffon — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Tenho a impressão de que a modestia que caracteriza a sua personalidade, impede-o de responder a um trecho do aparte do nobre Deputado Quielise da Silva, quando ele afirma que V. Exa. nada tinha feito por Sabáudia. Eu, em princípio, talvez concorde com o Deputado, mas, pelo muito que V. Exa. fez por Arapongas em sua carreira de homem público, é o fato de eu conhecê-lo profundamente através dos bancos escolares, fomos companheiros de escola, nobre deputado Muggiti Filho. A sua integridade como estudante é um reflexo da sua vida de homem público. Creio que o muito que V. Exa. fez por Arapongas, este reflexo esta imagem, foi até Sabáudia, e o povo daquele Município, soube compreender que V. Exa. havia de fazer o mesmo por Sabáudia, se fosse prestigiado, como realmente o foi. Não há dúvida, o que o Deputado Quielise Crisóstomo levantou sobre o que V. Exa. tinha feito em Sabáudia, eu replico desta forma, em função do seu trabalho em Arapongas. Muito obrigado.

O Sr. Quilse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sómente para fazer justiça. Não disse, não afirmei que V. Exa. não tivesse feito nada por Sabáudia, disse que eu, particularmente, não tinha conhecimento. É possível que V. Exa. tenha, prestado, algum trabalho, mas até agora, neste curto espaço de tempo, de noventa dias, em que estou representando a liderança política da ARENA naquele Município, não tive ainda a oportunidade. Mas jamais diria ou faria afirmações ainda sem condições, dentro do curto espaço que tenho de vivência no Município de Sabáudia. Reporto-me então ao meu pronunciamento de que apenas não encontrarei trabalho seu, é possível que ele exista. Era o aparte.

O Sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O SR. MUGGIATI FILHO — Falei de um ato impatriótico.

O Sr. Xenofonte Villanueva — ...antipatriótico e com prejuízo à infância de Sabáudia.

O SR. MUGGIATI FILHO — ...considerando o que foi dito aqui, que ato patriótico é orientar a infância no sentido de absorver a política fiscal do Governo.

O Sr. Xenofonte Villanueva — Até o presente momento, não vi ainda o que se possa discutir em prejuízo da infância de Sabáudia. O que estamos vendo no pronunciamento de V. Exa., nada mais é do que tornar público, aquela dissensão nos pequenos Municípios do nosso Estado.

Dentro deste critério, gostaria que V. Exa. reformulasse este conceito que acha impatriótico, por parte do Governo, gostaria que V. Exa. esclarecesse por que o seu pronunciamento visa unicamente criticar a posição pessoal do Prefeito de Sabáudia. Não tenho intenções eleitorais dentro da, aquele Município, mas não existiu prejuízo aos alunos do Grupo Escolar, de onde foi removida esta diretora, porque imediatamente deve ter sido designada outra para substituí-la.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Serei sucinto. V. Exa. citou-me nominalmente, o que para mim é uma

O SR. MUGGIATI FILHO — Ressalte que não queria trocar paralelo de discussão.

O Sr. Ivo Tomazoni — Não me fixo absolutamente no patriotismo do Governo, em pretender despertar na infância, nos jovens da nossa cidade, o civismo no cumprimento do que dispõe a lei, sobre recolhimento de tributos, eu me referi mais, e aí eu me fixei mais, e cumprimento à população do meu Município, me parabeneizei com a população do meu Município por ter participado de uma campanha, para mim inédita, extraordinária, no sentido da conscientização de uma população. O mérito do Governo, isto eu fixei bem, estava em orientar campanhas desta natureza, de conscientização pura, com propósito dos melhores, na educação do povo, sem investir com forças policiais na fiscalização junto aos comerciantes e industriais. Perdoe-me V. Exa., era o repórter que me cabia fazer, porque poderia parecer que eu estivesse ontem pretendendo ser agradável a um Governo, um Governo em que acredito porque é constituído de homens de bem e que estão fazendo o possível para que alguma coisa errada neste Estado, seja corrigida, não entrei no mérito da polémica que se estabeleceu aqui, apenas para socorrer o nobre Deputado Quilse Crisóstomo, ele não se referiu a V. Exa., dizendo que V. Exa. nada fez em Sabáudia, ele havia afirmado, em função do Governo anterior não ter realizado nada lá, a argumentação forte usada pelo MDB deu margem a que a oposição tivesse maior margem de votos e com as obras a serem concluídas agora, o MDB perderá esta condição de vantagem.

O SR. MUGGIATI FILHO — Havia afirmado que nós temos inevitavelmente um legítimo Líder em Sabáudia, que já pertenceu ao PDC e que é o Presidente do MDB de lá, e eu considero aquele um dos Diretórios mais bem

organizados que o MDB possui no Paraná. Eu sou advogado em Sabáudia desde 49, e quem quiser saber da minha vida procure saber dentro do povo que votou comigo. Não vou dizer, não faço relatório do que exerço como atividade profissional, porque nem na vida política eu não me faço elogios, de modo que se estou aqui foi pelo voto do povo de Sabáudia, o povo de Sabáudia honrou-me com o seu voto. Estou procurando dizer, nesta Casa, que isto que se praticou lá é impatriótico, porque diante da infância, dar um exemplo de arbitrariedade, de insegurança a uma diretora, única e exclusivamente por motivos injustificáveis, sem justa causa, como se diria isto numa legislação trabalhista, o Estado seria condenado a uma indenização "prima facie", sem audiência, porque não é possível destituir-se uma pessoa de um cargo pelo fato de não querer atender às simpatias e aos interesses pessoais e quanto mais o seguinte, um Prefeito que não tem condições intelectuais de aquilatar da possibilidade de uma escola, que vai pedir para formar uma classe fantasma lá dentro da escola, isto não é depravação, não é um exemplo de impatriotismo na função pública? Seria para isso que os chefes da Revolução firmaram na Constituição... (É interrompido). Fui alertado pela Presidência de que o meu tempo está esgotado e estou concluindo. V. Exa., é o representante e eu o felicito. V. Exa. porisso é representante da Arena com relação à Sabáudia, e V. Exa. terá a oportunidade de conviver por grande parte de tempo com aquele povo e verificar que, mesmo se tratando de uma cidade pequena, de um Município onde a população é iminentemente agrícola, aqueles homens de aparência muitas vezes rude e que não falam bonito, eles tem elevada consciência, mas os seus filhos aprendem que política vale mais do que o ensino. O interesse político...

O Sr. Quilse Crisóstomo — Esse povo ao qual V. Exa. tão bem faz referência, que elegeu o Prefeito!

O SR. MUGGIATI FILHO — Que elegeu o Prefeito, mas que julgou o Prefeito agora nas últimas eleições, derrotando-o. Esta é a política que nós fazemos e pregamos. Eleição é o tribunal popular que julga os administradores nas eleições.

Esta não é minha opinião, e a opinião de Sampaio Dória que dizia no tempo da ditadura, e que escreveu livros com edições esgotadas: — "A eleição, é o tribunal da consciência popular".

A manifestação do povo aí está — o julgamento do Prefeito, aí está, o seu julgamento, pelo próprio povo. (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239-70, de autoria do Dep. Pinto Dias, fica criada uma Escola Comercial Estadual, no Município de Terra Rica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37-71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Palmiro Ferreira. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 269-70, oriundo de Mensagem Governamental n.º 34-70, que autoriza o Poder Executivo a permutar parte do lote de terreno n.º 125, pelo lote n.º 8, de propriedade do Senhor Armando José Prado de Paiva, na forma e como especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM N.º 34/70

(Projeto de Lei n.º 269/70)

Curitiba, 22 de setembro de 1.970.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a permutar parte do lote de terreno n.º 125, da quadra 14, com 10,00 metros de frente para a rua Quintino Bocaiuva, com a área de 400,00 metros quadrados, situado na cidade de Cornélio Procopio, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 16.512, do livro 3—N, do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procopio, pelo lote n.º 8, da quadra n.º 224, com 12,00 metros de frente e 312,00 metros quadrados de área, situado na Praça do Estudante, da mesma cidade, lote este de propriedade do Senhor Armando José Prado de Paiva, conforme transcrição n.º 2.045, do livro 3—4, do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da referida Comarca.

A medida ora submetida a exame dessa Augusta Casa de Leis consulta aos superiores interesses da Administração, pois o imóvel que em decorrência da permuta objetivada passará a integrar o patrimônio do Estado, apresenta melhores condições de aproveitamento para edificações públicas, eis que está localizado nas proximidades de próprios estaduais, tais como, sede da 4a. Residência do DEOE, Colégio Estadual "Castro Alves", Dispensário de Tuberculose do Centro de Saúde e Escola Normal "Cristo Rei", ao passo que o terreno atualmente pertencente ao Estado se acha em local distante e portanto, com remotas possibilidades de aproveitamento público.

Certo de que o Plano de Lei submetido a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PAULO PIMENTEL
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Francisco Escorsin
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/ CAPITAL.

PROJETO DE LEI N.º 269/70

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, nos termos desta Lei e mediante prévia avaliação, autorizado a permutar parte do lote de terreno n.º 125, da quadra 14, com 10,00 metros de frente para a rua Quintino Bocaiuva, com a área de 400,00 metros quadrados, situado na cidade de Cornélio Procopio, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 16.512, do livro 3—N, do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procopio, pelo lote n.º 8, da quadra n.º 224, com 12,00 metros de frente e 312,00 metros quadrados de área, situado na Praça do Estudante, da mesma cidade, lote este de propriedade do Senhor Armando José Prado de Paiva, conforme transcrição n.º 2.045, do livro 3—4, do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da referida Comarca.

das as disposições em contrário.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 269/70

AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a permutar parte do lote de terreno n.º 125, pelo lote n.º 8, de propriedade do Sr. Armando José Prado de Paiva, na forma e como especifica.

P A R E C E R

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 34/70, o Projeto em referência ve marticulado e devidamente justificado, em consonância com determinações contidas no Regimento Interno.

Do exame procedido à Proposição resultou não se verificar qualquer óbice, quer de ordem constitucional quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

Em face de tal circunstância, somos pela sua **APROVAÇÃO**.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Emílio Carazzai, Gilberto Carvalho, Odilon Reinhardt, Arthur de Souza, Cândido M. de Oliveira, Acyr José e Igo Losso.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER ao Projeto de Lei n.º 269/70

I — Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei em exame, visa autorizar o Poder Executivo a permutar parte do lote de terreno n.º 125 da Rua Quintino Bocaiuva, na cidade de Cornélio Procopio e de propriedade do Estado, pelo lote n.º 8 situado na Praça do Estudante, da mesma cidade e de propriedade do Sr. Armando José Prado de Paiva.

II — A permuta virá proporcionar melhores condições de aproveitamento para edificações públicas, pois está localizado próximo de próprios estaduais, ao passo que o terreno que pertence atualmente ao Estado, se acha em local distante e com remotas possibilidades de aproveitamento público.

III — Nosso parecer é pela **aprovação**.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971.

aa) **Arizone Araújo** — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Santos Lima

Sebastião Rodrigues Júnior

Marciano Baraniuk

1a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 16/71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo transferir para a responsabilidade do D.E.R., a conservação das estradas Astorga-Jaguapitã, passando pelos Distritos que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N.º 16/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a transferir para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação das estradas Astorga-Jaguapitã, passando pelo Distrito de Içara, e Astorga — Santa Fé — Nossa Senhora das Graças — Colorado, passando pelos Distritos de Santa Zélia e Fernão Dias.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1971.

a) **Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva**

JUSTIFICATIVA:

A primeira liga os Municípios de Astorga e Jaguapitã onde o trânsito é bastante intenso, dando inclusive saída para os motoristas que de Porecatú, se dirigem à Maringá.

A segunda liga Astorga aos importantes Municípios de Santa Fé — Nossa Senhora das Graças e Colorado e também é de trânsito intenso, num vasto asfáltico de Maringá à Porecatú.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 16/71

AUTOR: Dep. Quielise Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo transferir para a responsabilidade do D.E.R., a conservação das estradas Astorga-Jaguapitã, passando pelos distritos que especifica.

P A R E C E R

I) — Medida autorizativa que não fere nem colide com preceitos de ordem legal ou constitucional vigentes.

II) — Nosso parecer, face ao exposto, é favorável à aprovação da medida pretendida.

Sala das Comissões, em de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Igo Losso — Cândido M. de Oliveira — Acyr José — Gilberto Carvalho,
e Sebastião Rodrigues Júnior.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 16/71.

1) — A Proposição em exame, de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, objetiva transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, as estradas Astorga — Jaguapitã, e, Astorga — Santa Fé — Nossa Senhora das Graças — Colorado, na forma que especifica.

2) — Referida Proposição recebeu, quando de seu exame na douta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável.

3) — Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, verifica-se que não há qualquer impedimento de ordem financeira que impossibilite a tramitação do Projeto em tela.

4) — Nestas condições, somos pela sua aprovação.

S.M.J. é o parecer.

Sala das Comissões, em de julho de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Fuad Naei — Relator

Santos Lima

Paulo Poli

Gabriel Mancei

Maurício Fruet

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 16/71.

1) — O Projeto em questão foi examinado pelas doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, nas quais recebeu pareceres favoráveis.

2) — A iniciativa referida, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, aquelas estradas, para dar-lhes melhores condições de tráfego, integrando-as, definitivamente, no plano rodoviário estadual.

3) — Assim, pois, somos pela sua aprovação.

E o parecer.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77/71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder aos serviços de ampliação do Prédio do Grupo Escolar "Prieto Martinez", com sede nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 77/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar "Prieto Martinez", com sede nesta Capital.

At. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1971.

a) Dep. Quielise Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente plano de lei dotar o Grupo Escolar "Prieto Martinez", com sede nesta Capital, melhores condições de funcionamento.

O grande número de alunos ali matriculados, está assim a exigir. Além do mais, deve-se levar na devida conta que no mesmo prédio funciona, também, o ginásio estadual do mesmo nome.

Nestas condições, apresentamos a presente Proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável acatamento, e afinal, a necessária aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 77/71

AUTOR: Dep. Quielise Crisóstomo da Silva

SUMULA: Autorização para ampliação de Grupo Escolar.

P A R E C E R

1) — Visa o presente projeto, de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, autorizar o Poder Executivo a proceder aos serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar Prieto Martinez, com sede em Curitiba.

2) — Tratando-se de mera autorização legislativa, óbice legal algum existe ao acolhimento do projeto, sob o aspecto legal.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Igo Losso

Muggiati Filho

Arthur de Souza

Cândido Martins de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 77/71

O presente projeto de lei, já devidamente justificado, visa dar melhores condições aos alunos do referido ginásio.

A matéria, não apresenta nenhuma implicação de ordem financeira.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Ovidio Franzoni

Santos Lima

Fuad Nacli

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 77/71

1) — O supra referido Projeto foi devidamente examinado pelas doulas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, nas quais recebeu pareceres favoráveis.

2) — Visa a mesma iniciativa autorizar o Poder Executivo a proceder aos serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar "Prieto Martinez", desta Capital; cujos serviços, por outro lado, objetiva dar melhores condições de funcionamento àquele tradicional organismo de ensino, abrigando, em consequência, um maior número de alunos.

3) — Em face das considerações expendidas, somos pela sua aprovação E o parecer.

Sala das Comissões, em de setembro de 1971.

aa) **Lázaro Dumont** — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Borsari Netto

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 174/71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem, nesta data, do 25.º aniversário de fundação da E-10 Rádio Difusora de Rio Negro.

Requerimento do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao povo de Bela Vista do Paraíso, pelo aniversário do referido Município. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado, no sentido de determinar a maneira de proceder-se à filiação partidária, tendo em vista o atraso e as dificuldades encontradas para a distribuição das fichas de filiação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Governador do Estado no sentido de que o mesmo determine a elevação de níveis no Quadro do Funcionário Público, assim como reveja a possibilidade de dar-se Abôno de Natal. — **Em discussão.**

O SR. JOÃO MANSUR — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado apêlo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de ser construído, com maior urgência possível, em Paranaguá, um prédio destinado ao funcionamento de um Ginásio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, ao Chefe da Casa Civil interino e ao Sr. Secretário da Agricultura, externado agradecimentos da Assembléia Legislativa do Paraná, pelo pronto e eficiente atendimento aos agricultores do Município de Chopinzinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja estudada a possibilidade de instalação de uma Agência dêsse estabelecimento de crédito, no Município de São João do Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja enviado telex ao Conselho Monetário Nacional, no sentido da realização de estudos e medidas, a fim de possibilitar os torre-

fedores de café, a manutenção de estoques para atender o consumo. Em discussão.

O SR. JOAO MANSUR — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia, de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que regularize o pagamento dos vencimentos das zeladoras que prestam serviços em estabelecimentos de ensino do Governo, nos Municípios de Guarapuava e Nova Aurora. Em discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento, para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37-71;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.ºs 289-70, 16-71, 77-71;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 440-68.

A Presidência designa também a Ordem do Dia para a sessão de sexta-feira, dia 15, às 10,00 horas, que é a seguinte:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 182-69, 231-69, 208-70, 22-71, 90-71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 29.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Senhor Deputado Finto Dias apresentou Redação Final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 182-69 — de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino Técnico Comercial de Grau Médio, para funcionar a partir do próximo ano. PROJETO DE LEI N.º 231-69 — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Mancel, que autoriza o Poder Executivo a criar em Monte Real, Município de Santo Antônio da Platina, um Ginásio Estadual, para funcionar no próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N.º 208-70 — de autoria do Senhor Deputado Sílvio Barros, que declara de utilidade pública a Liga de Esportes de Cambé. PROJETO DE LEI N.º 22-71 — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo construir um Grupo Escolar, no bairro de Santa Cândida, Município de Curitiba. PROJETO DE LEI N.º 90-71 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, que transfere ao D.E.R. para fins de melhoria e conservação, a Rodo Via que liga a cidade de Uraí PR-74. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente

Lélio Guimarães Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO DO PROJETO DE LEI N.º 90.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Passa à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.10-71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 22.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um Grupo Escolar no Município de Curitiba, bairro de Santa Cândida, e que se situe na confluência da rua Leopoldo Marochi com a estrada que liga a Roça Grande.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.10-71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 208.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Liga de Esportes de Cambé, com sede na cidade de Cambé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.10-71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO DO PROJETO DE LEI N.º 231.69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na localidade denominada Monte Real, Município de Santo Antônio da Platina, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.10-71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Pinto Dias — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 182.69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Itambé, um Estabelecimento de Ensino Técnico Comercial de Grau Médio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.10.71.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Pinto Dias — Relator
Maurício Fruet